

ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

“Casa de Epitácio Pessoa”

Comissão de Constituição, Justiça e Redação



ATA

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO DA 4ª. SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª. LEGISLATURA, DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, DO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2018.

Às dez horas do dia 18 de setembro do ano de dois mil e dezoito, no Plenário Judivan Cabral, sob a presidência da deputada Estela Bezerra, reuniu-se a Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba para deliberar sobre as matérias constantes na Pauta. Havendo número regimental, a presidente deputada Estela Bezerra declarou abertos os trabalhos da 19ª Reunião Ordinária da Comissão de Permanente de Constituição, Justiça e Redação, que contou com as presenças dos membros: deputado Trócolli Júnior; deputado Lindolfo Pires, deputada Camila Toscano e deputado Renato Gadelha. Ato contínuo, a presidente convidou a deputada Camila Toscano para secretariar os trabalhos, a quem solicitou a leitura do Expediente que constou; as leituras das Atas da 16ª, 17ª e 18ª Reuniões Ordinárias desta Comissão. Postas em discussão e votação, as Atas foram aprovadas por unanimidade e sem restrições e também, leu o Edital de Convocação para esta reunião. Dando continuidade, iniciou a pauta. Discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária nº 1848/2018 – da Defensoria Pública do Estado da Paraíba - Aplica a revisão anual aos subsídios dos membros da Defensoria Pública do Estado da Paraíba, nos termos do artigo 37, X, da Constituição Federal e dá outras providências. O relator deputado Trócolli Júnior, em substituição o deputado Hervázio Bezerra, emitiu parecer pela constitucionalidade. Em discussão o parecer, o relator registrou que uma das marcas do seu mandato, desde quando foi vereador, era a perseverança de lutar pelas causas que abraçava e duas delas foram os pleitos dos defensores públicos

[Handwritten signature]



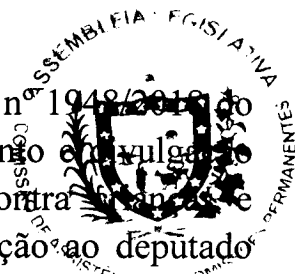
e a outra da classe policial. Disse ainda, que era muito cobrado pelo seu pai Humberto Trócolli, defensor público aposentado, para lutar por esta categoria. Hoje, na pessoa do seu pai, parabenizou todos os defensores públicos por esta conquista. Os deputados Renato Gadelha e Camila Toscano, parabenizaram os defensores por esta justa conquista e desejaram que outras categorias também fossem contempladas. Não havendo quem quisesse discutir, em votação, o parecer, por unanimidade, foi aprovado. A senhora presidente informou que irá suspender esta reunião para que pudessem participar da Sessão Ordinária, mas logo após, será reiniciada.

Discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária nº 1878/2018 do deputado Anísio Maia, que dispõe sobre a proibição da venda exclusiva de material didático pelos estabelecimentos de ensino. Parecer do relator pela Constitucionalidade e Juridicidade, aprovado por maioria, com voto contrário dos Deputados Trócolli Junior, João Gonçalves e Camila Toscano. Discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária nº 1897/2018 do deputado Caio Roberto que dispõe sobre o dever dos cartórios do estado da Paraíba em disponibilizarem como meio de pagamento o cartão de débito. O parecer da relatora deputada Camila Toscano foi pela inconstitucionalidade. Não havendo quem quisesse discutir, em votação, aprovado por unanimidade o parecer. Discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária nº 1.919/2018 do deputado Ricardo Barbosa que dispõe sobre a Estadualização da Estrada que liga o município de Santa Cruz ao município de Lagoa-PB, interligando as rodovias PB-359 e PB-337. Adiado a pedido da deputada Estela Bezerra. Discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária nº 1.920/2018 do deputado Ricardo Barbosa que dispõe sobre a Estadualização da Estrada que liga o município de Santa Cruz ao município do Lastro-PB, interligando as rodovias PB-359 e PB-383. Adiado a pedido da deputada Estela Bezerra. Discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária nº 1926/2018 do deputado Raniery Paulino que estabelece a equiparação de direitos das pessoas com doença renal crônica e os direitos das pessoas com deficiência para fins de acessibilidade e oportunidades referentes ao percentual legal de vagas reservadas no âmbito da Administração Direta e Indireta deste Estado da Paraíba. A relatora deputada Camila Toscano proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Não havendo quem quisesse discutir, em votação, aprovado por unanimidade o parecer. Discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária nº 1927/2018 do deputado Nabor Wanderley que dispõe sobre a possibilidade de pessoas vítimas de acidentes de trânsito e casos fortuitos serem encaminhadas pelo Corpo de Bombeiros ou pelo SAMU aos hospitais conveniados com seus planos de saúde, e dá outras providências. O relator

deputado Lindolfo Pires proferiu parecer pela inconstitucionalidade. Não havendo quem quisesse discutir, em votação, aprovado por unanimidade o parecer. Discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária nº 1.928/2018 do deputado Nabor Wanderley que dispõe sobre as formas de registro e divulgação dos dados de violência contra crianças, idosos, negros, mulheres, índios, homoafetivos e pessoas com deficiências no âmbito do Estado da Paraíba, e dá outras providências. O parecer da relatora deputada Camila Toscano foi pela inconstitucionalidade. Não havendo quem quisesse discutir, em votação, aprovado por unanimidade o parecer. Discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária nº 1.929/2018 do deputado Hervázio Bezerra que dispõe sobre a prestação de assistência religiosa, capelania, nas entidades civis e militares, nos estabelecimentos de ensino, saúde mental, prisional civis e militares, sócio educativos, hospitais públicos e privados, no âmbito do Estado da Paraíba e dá outras providências. Concedido pedido de vistas à Deputada Estela Bezerra. Discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária nº 1.930/2018 do Deputado João Bosco Carneiro que reconhece a Cambindas Brilhantes de Lucena como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado da Paraíba. A relatora deputada Camila Toscano proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Não havendo quem quisesse discutir, em votação, aprovado por unanimidade o parecer. Discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária nº 1.931/2018 do deputado Bruno Cunha Lima que concede Título de Cidadão Paraibano ao Jornalista e Escritor Fernando Antônio Moura de Lima, pelos relevantes serviços prestados à coletividade paraibana. A relatora deputada Camila Toscano proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Não havendo quem quisesse discutir, em votação, aprovado por unanimidade o parecer. Discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária nº 1.932/2018 do deputado Raniery Paulino que revoga a Lei nº 10.801, de 13 de dezembro de 2016 e dá outras providências. Adiado a pedido do relator. Discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária nº 1.933/2018 do deputado João Gonçalves que concede o Título de Cidadão Paraibano ao Coronel de Infantaria Márcio Rogério Brito Borges, Comandante do 31º Batalhão de Infantaria Motorizada, pelos relevantes serviços prestados ao Estado da Paraíba. O parecer do relator deputado Lindolfo Pires foi pela constitucionalidade e juridicidade. Não havendo quem quisesse discutir, em votação, aprovado por unanimidade o parecer. Discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária nº 1.935/2018 do deputado Jutay Meneses que cria no âmbito do Estado da Paraíba, a Semana Estadual da Capoeira e dá outras providências. O parecer da deputada Camila Toscano foi pela constitucionalidade e juridicidade. Não havendo quem quisesse discutir, em votação, aprovado por unanimidade o parecer. Discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária nº


1936/2018 do deputado Jutay Meneses que dispõe sobre a distribuição do Manual de Prevenção de Quedas em Idosos "Cair de maduro é só para a vida" para a população do Estado da Paraíba. O parecer do deputado Lindolfo Pires foi pela inconstitucionalidade. Em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária nº 1937/2018 do deputado Bruno Cunha Lima - Dispõe sobre a obrigatoriedade do Poder Executivo Estadual dar transparência aos dados relativos à arrecadação de multas de trânsito e à sua destinação, na forma que especifica. O relator deputado Lindolfo Pires, em substituição ao deputado Hervázio Bezerra, proferiu parecer pela prejudicialidade. Sem discussão, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária nº 1939/2018 do deputado João Bosco Carneiro - Institui o Dia Estadual dos Transportadores Turísticos. A Relatora deputada Camila Toscano imitiu parecer pela constitucionalidade. Sem discussão, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária nº 1941/2018 do Jutay Meneses - Dispõe sobre o direito da gestante ao conhecimento e a vinculação à maternidade onde receberá assistência no âmbito do Sistema Único de Saúde. A relatora deputada Camila Toscano, em substituição ao deputado Hervázio Bezerra, proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Sem discussão, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária nº 1942/2018 do deputado Jutay Meneses - Dispõe sobre a transmissão ao vivo via internet, no Portal da Transparência, dos processos licitatórios realizados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Estado da Paraíba. A relatora deputada Camila Toscano proferiu parecer pela inconstitucionalidade, por vício de iniciativa. Sem discussão, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária nº 1943/2018 do deputado Artur Filho - Dispõe sobre a isenção no pagamento de taxas de inscrição em concursos públicos no âmbito do Estado da Paraíba para eleitores convocados e nomeados, que efetivamente trabalharem como mesários e colaboradores nas eleições político-partidárias, em plebiscitos e referendos realizados pela justiça eleitoral da Paraíba, e dá outras providências. O relator deputado Lindolfo Pires, em substituição ao deputado João Gonçalves, emitiu parecer pela prejudicialidade, o qual, sem discussão, foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária nº 1947/2018 do deputado Nabor Wanderley - Dispõe sobre a proibição de inquirir por quaisquer meios acerca da religião e da orientação sexual de candidatos às vagas de emprego nas empresas públicas e da iniciativa privada do Estado da Paraíba, e dá outras providências. A relatora deputada Camila Toscano proferiu parecer pela injuridicidade, sem discussão, o parecer foi aprovado por

unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária nº 1948/2018 do deputado Jutay Meneses - Institui a campanha de esclarecimento e divulgação sobre o Serviço Disque 100, de denúncias de violência contra crianças e adolescentes. O relator deputado Lindolfo Pires, em substituição ao deputado Hervázio Bezerra, emitiu parecer pela inconstitucionalidade. Sem discussão, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária nº 1949/2018 do deputado Jutay Meneses - Institui o projeto "SST nas escolas" promovendo a formação de alunos com conhecimento sobre as ações de Saúde e Segurança do Trabalho em toda comunidade escolar. O relator deputado Lindolfo Pires, em substituição ao deputado Hervázio Bezerra, proferiu parecer pela inconstitucionalidade. Sem discussão, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de lei nº 1950/2018 do deputado Bruno Cunha Lima - Concede Título de Cidadão Paraibano ao músico Paulo Lúcio Barreto, pelos relevantes serviços prestados ao Estado. A deputada Camila Tosco proferiu parecer pela constitucionalidade, o qual, sem discussão foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária nº 1951/2018 do deputado Bruno Cunha Lima - Institui parâmetro de condição mais vantajosa para empresas que contratarem com a administração direta, indireta e fundacional que demonstrarem efetivo funcionamento de Programa de Integridade, e dá outras providências. O relator deputado Lindolfo Pires, em substituição a deputada Daniella Ribeiro, proferiu parecer pela prejudicialidade. Sem discussão, o parecer foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, a senhora presidente registrou a presença do deputado João Gonçalves. Dando continuidade, discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária n 1952/2018 do deputado Bruno Cunha Lima - Institui o Selo e Prêmio Escola Sustentável no âmbito do Estado da Paraíba, e dá outras providências. O relator deputado Lindolfo Pires proferiu parecer pela inconstitucionalidade, o qual, sem discussão foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária nº 1953/2018 do deputado Renato Gadelha - Obriga a exigência de garantia de equidade salarial entre homens e mulheres, das empresas que contratarem com o Poder Público Estadual. A deputada Camila Toscano proferiu parecer pela prejudicialidade. Em discussão, o autor da propositura solicitou aos assessores desta comissão que lhe trouxessem a lei já existente para comparar com a que estava apresentando. A assessoria prestou esta informação ao deputado, mas não ficou convencido. Não havendo quem quisesse discutir, em votação, o parecer foi aprovado por maioria, com um voto contrário do deputado Renato Gadelha. Discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária nº 1954/2018 do deputado Raniery Paulino - Concede o Título de Cidadão Paraibano a Dom Aldemiro Sena dos Santos, Bispo da Diocese de Guarabira - PB. O relator deputado



Lindolfo Pires proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Em discussão, a deputada Camila Toscano parabenizou o autor da propositura e considerou uma homenagem muito justa ao Bispo que estava desenvolvendo um brilhante trabalho à frente da igreja na região do brejo. Não havendo quem quisesse discutir, em votação, o parecer do relator foi aprovado por unanimidade. A senhora presidente informou que a pedido do autor da propositura, foi retirado de pauta o Projeto de Lei Ordinária nº 1958/2018 -

Altera o artigo 4º, da Lei nº 6.616/1997 que passa a vigorar da seguinte forma. Discussão e votação do Projeto de Resolução nº 247/2018 da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa - Institui, no âmbito da Assembleia Legislativa da Paraíba, a comenda "Luciano Bezerra Vieira". A relatora deputada Camila Toscano, em substituição ao deputado Hervázio Bezerra, proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Sem discussão, o parecer foi aprovado por unanimidade. A presidente deputada Estela Bezerra informou que foram incluídos na pauta dois Projetos de Lei, logo após, solicitou a secretária deputada Camila Toscano que fizesse a leitura dos projetos. Discussão e votação do projeto que dispensa a deliberação do plenário, Projeto de Lei nº 1972/2018 do deputado Janduhy Carneiro - Declara de Utilidade Pública Estadual a Igreja Evangélica Assembleia de Deus, no município de João Pessoa. A relatora deputada Camila Toscano proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Sem discussão, o parecer foi aprovado por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária nº 1974/2018 – Mensagem nº 34, de 17/09/18 do Governador do Estado - Denomina de Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque a Escola Estadual Cidadã Integral Técnica da cidade de Patos. O relator deputado Lindolfo Pires proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade, o qual, sem discussão, foi aprovado por unanimidade. A senhora presidente informou que toda a pauta foi apreciada, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião. Lavrando a presente Ata, a redatora Adriana de Menezes Leite, Assistente Técnico Legislativo, que depois de lida e aprovada será rubricada em todas as folhas e assinada pela presidente deputada Estela Bezerra, conforme o disposto no Art. 60, do RI desta Casa Legislativa. Sala das Comissões, João Pessoa, 19 de setembro de 2018 .


Deputada Estela Bezerra
Presidente



COMISSÃO PARLAMENTAR

Digitalizada

25/09/18

[Handwritten Signature]

Assinatura